

A pecuária no Brasil Meridional: a estrutura dos rebanhos e a classificação dos criadores

Cristiano Luís Christillino*

Resumo

Os estancieiros do Rio Grande do Sul não conformaram um perfil único quanto as suas atividades e nem em relação à extensão dos seus rebanhos. As informações referentes aos criadores apresentadas pelas câmaras municipais em 1858, permitem discutir a estrutura produtiva da principal atividade econômica da Província, a partir de três regiões distintas: na Serra, no Planalto e na Campanha. Os dados analisados mostram a predominância dos pequenos e médios criadores, quando os grandes rebanhos se restringiam a um pequeno número de pecuaristas. Esta conjuntura da pecuária levou os fazendeiros a buscarem novas alternativas econômicas, especialmente a exploração da erva-mate e comercialização das terras florestais a imigrantes, no Planalto, nas Missões e na região da Serra, um processo que acelerou a apropriação e os litígios de terras na Província Meridional.

Palavras chaves: pecuária, terras e criadores.

Abstract

The farmers of Rio Grande do Sul not only shaped a profile as their activities and not on the size of their herds. Information relating to farmers provided by municipality councils in 1858, to discuss the production structure of the main economic activity of the province, from three different regions: the Sierra, in the Plateau and the Campaign. The analyzed data show a predominance of small and medium farmers, when the great herds were restricted to a small number of ranchers. This situation led the livestock farmers to seek new economic alternatives, especially the exploitation of mate and marketing of forestry land to immigrants, in the Plateau, and the Missions in the region of Serra, a process that accelerated the appropriation of land and disputes in Southern Province.

Key words: livestock, land and farmers

Os estancieiros não conformaram um perfil único quanto as suas atividades e nem em relação à extensão dos seus rebanhos. E a conjuntura da pecuária na Província levou os fazendeiros a buscarem novas alternativas econômicas, especialmente a exploração e comercialização das terras florestais, quando estabelecidos no Planalto, nas Missões e na região da Serra. Para discutirmos a produção pecuária e as diferenças no interior deste grupo, analisamos as informações referentes aos criadores de Taquari, Rio Pardo, Cruz Alta e Santana do Livramento produzidas pelas suas câmaras municipais em 1858¹. Os dados apresentados na Relação de 1858 se referem aos números de crias anuais obtidas pelos fazendeiros. Para chegarmos ao número total aproximado dos rebanhos, nos baseamos no

* Doutorando em História pela UFF e membro do Núcleo de Referência Agrária da mesma Instituição. christillino@hotmail.com

¹ Estes censos realizados pelas câmaras municipais ficaram conhecidos como Relação de 1858.

percentual de reprodução apresentado pelo rebanho de Taquari, que se aproximou de 22,5%. A historiografia sul-rio-grandense que discutiu a pecuária mostrou que a taxa de reprodução anual dos rebanhos bovinos oscilou entre 20 e 25%. Desta forma a adoção do número de crias anuais enquanto correspondente a 22,5% do total dos rebanhos bovinos nos permite uma aproximação ao número total de animais bovinos dos criadores². Os dados obtidos não correspondem ao número exato dos rebanhos, mas permitem a análise da estrutura da pecuária nas três diferentes regiões do Rio Grande do Sul.

Dividimos os criadores em 4 grupos. Adotamos esta divisão a partir da variação numérica entre as manadas recenseadas, e também em função da renda anual que elas poderiam propiciar aos seus proprietários. Os dois primeiros referem-se aos pequenos produtores, cujos rebanhos não ultrapassariam 1.000 cabeças. Os estancieiros poderiam contar com um percentual entre 8 ou 10% da sua boiada para a venda, sem comprometer a estrutura produtiva dos seus rebanhos³. Desta forma, o criador que contasse com uma manada de até 1.000 animais, disporia de no máximo 80 ou 100 cabeças de vacuns para negociar junto às charqueadas ou aos agenciadores de gado. Os rebanhos desta faixa garantiam um capital modesto aos criadores, e não oferecia perspectivas de acumulação de fortuna para as suas famílias. Dividimos este conjunto de criadores em dois grupos, um diz respeito aqueles que possuíam até 500 animais, e no outro reunimos os proprietários de rebanhos que variam entre 500 e 1.000 vacuns.

No terceiro grupo reunimos aqueles fazendeiros que consideramos médios criadores, os quais possuíam entre 1.000 e 4.000 mil cabeças de gado bovino. Seus rebanhos poderiam proporcionar entre 80 e 400 reses para o comércio. Os estancieiros enquadrados nesta faixa não precisariam complementar as suas rendas com trabalhos sazonais nas fazendas maiores. E a venda dos rebanhos poderia proporcionar a acumulação de recursos às famílias dos criadores. Já ao grupo dos grandes produtores de gado, que constituiriam a figura típica do estancieiro do Rio Grande do Sul, estabelecemos aqueles que obtinham um número de crias anuais superior a 900 animais, cujo rebanho ultrapassaria a marca das 4.000 cabeças. Este seria a quantidade aproximada que uma sesmaria de três léguas de terras poderia comportar.

² Sobre o percentual de venda anual dos rebanhos na fronteira ver: OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. MAESTRI, Mário (Org.). *O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil*. Passo Fundo: UPF Editora, 2008. FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro. IFCS/UFRJ, 2007.

³ MAESTRI, 2008, op. Cit.

Iniciamos a análise da pecuária a partir do caso de Santana do Livramento, um município da região da Campanha do Rio Grande do Sul.

A Câmara de Santana do Livramento listou 126 criadores, informando o número de crias anuais obtidas pelos pecuaristas. Estes dados mostram que o número de proprietários de grandes rebanhos era bem menor do que se poderia supor.

Tabela 02- Relação de criadores de Santana do Livramento de 1858⁴.

Nº de cabeças	Nº de criadores	Percentual
01-500 animais	53	42,06%
501-1.000 animais	32	25,40%
1.001-4.000 animais	35	27,78%
Mais de 4.000 animais	06	4,76%
Total	126	100,0%

Fonte: Correspondência da Câmara Municipal de Santana do Livramento, s/nº de 1858. AHRS.

O número de pequenos criadores era expressivo, correspondendo a 67,46% dos produtores recenseados. Boa parte destes (42,6%) obtinha um número inferior a 50 crias anuais, das quais dispunham de, no máximo, 25 reses para vender anualmente sem comprometer seus rebanhos. Isto os obrigava a consorciar o trabalho em suas pequenas criações com a agricultura e também com o trabalho sazonal nas estâncias da região⁵. Este foi o caso de Leonardo Correia de Mello, proprietário de uma parte de campo que obteve por herança da mãe, como expressa nos registros paroquiais de terras de Santana do Livramento⁶. Este pequeno criador dispunha de um rebanho aproximado de 100 cabeças de gado, das quais obteve 22 crias em 1858, e nenhuma matriz cavalari⁷. A presença de animais eqüinos nas unidades produtivas era fundamental para os proprietários como meio de transporte e para os

⁴ Correspondência da Câmara Municipal de Santana do Livramento, s/nº de 1858. AHRS.

⁵ Esta hipótese foi levantada por: FARINATTI, Luís Augusto. *Um Campo de Possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul, século XIX)*. História Unisinos, São Leopoldo - RS, v. 8-7, 2003, p. 253-276.

⁶ Conforme o registro paroquial de terras da Freguesia de Santana do Livramento, nº 189. APERS.

⁷ Conforme a relação de criadores, nº 47. Correspondência da Câmara Municipal de Santana do Livramento s/nº de 1858. APERS.

trabalhos na pecuária. Mas esta criação comprometeria a manutenção do rebanho bovino, na medida em que um único cavalo consumia o alimento suficiente a 3 ou 4 bois adultos. Os pequenos criadores geralmente possuíam um número restrito destes animais e uma boa parte deles não possuíam uma única matriz cavalar, como foi o caso Leonardo Correia de Mello.

O número total de peões, arrolados na Relação de Criadores de Santana do Livramento, também reforça a hipótese de que os pequenos criadores complementavam as suas rendas vendendo a sua mão-de-obra sazonalmente nas estâncias da região. A Câmara listou 267 peões permanentes que estariam trabalhando nas unidades produtivas do município, constituindo uma média de pouco mais de 2 trabalhadores por unidade produtiva. Em 28 unidades produtivas, entre as 126 listadas, não foram registrados peões, justamente naquelas cujos rebanhos eram menores. Em Rio Pardo, os 40 produtores listados possuíam, ao todo, 237 homens trabalhando em suas estâncias entre escravos, peões e capatazes. Isto em fazendas cujo número total de bovinos era de aproximadamente 75 mil cabeças, e um gado cavalar que propiciava 1.450 crias anuais. Já o rebanho bovino de Santana do Livramento se aproximava das 150 mil cabeças, e o seu rebanho eqüino que produzia anualmente 14.800 crias anuais, 10 vezes maior do que o total obtido em Rio Pardo. E eram justamente os cavalos que exigiam uma mão-de-obra maior em função da doma para montaria. Logo, o número total de trabalhadores empregados nas estâncias de Santana do Livramento deveria ser, proporcionalmente, pelo menos três vezes maior do que a de Rio Pardo. Mas os números totais dos dois municípios se aproximavam. Isto leva a crer que os pequenos criadores e suas famílias consorciavam o trabalho em seus rebanhos e lavouras com o trabalho sazonal nas estâncias maiores da região. O número reduzido de peões empregados pelos médios e grandes estancieiros mostra a importância da mão-de-obra familiar e do uso do serviço temporário dos pequenos produtores.

Os criadores possuidores de rebanhos de porte médio, que oscilavam aproximadamente entre 1.000 e 4.000 animais vacuns, constituíam um grupo considerável, correspondendo a mais de 27% dos criadores listados. Estes estancieiros poderiam dispor aproximadamente entre 80 e 400 animais para negociar anualmente junto às charqueadas ou com os agenciadores da região. Esta parcela intermediária poderia dispor de recursos para manterem suas estâncias sem a necessidade de recorrerem a empregos sazonais como complementação de renda. Isto permitiu aos proprietários de rebanhos médios a estabilidade econômica e, até mesmo, uma poupança. Mas estes 35 médios criadores dificilmente conseguiram atingir o “topo” dos estancieiros apenas pela pecuária.

Neste grupo estava o estancieiro Feliciano da Costa Leite, proprietário do campo denominado Camoxim, na localidade do São Diogo, onde o Brigadeiro David Canabarro, comandante da Fronteira, tinha suas estâncias. Feliciano participava das redes de relações sociais do poderoso caudilho e teve seu registro paroquial de terras realizado gratuitamente⁸. A família de Feliciano da Costa Leite era natural de Taquari e o seu pai e seus tios migraram para a Fronteira na mesma época que David Canabarro, oriundo da mesma Freguesia. Os membros da Família Costa Leite, pressionados pela saturação da estrutura fundiária em Taquari, mudaram para a Fronteira durante a Guerra de Conquista da Cisplatina⁹. Provavelmente neste período entraram nas redes de relações sociais de David Canabarro. A estância de Feliciano Costa Leite tinha uma extensão de duas léguas de campo, obtida por herança de seus pais e através da compra das partilhas dos seus irmãos e cunhados¹⁰. Nesta área Feliciano Costa Leite e seus filhos possuíam aproximadamente 2.700 animais vacuns, um rebanho superior a 600 cavalos¹¹ e obtinha mais de 380 crias de ovelhas anualmente.

As criações de Feliciano, seguindo a média de percentual comercializável estabelecida entre 8 e 10%, lhe proporcionariam entre 210 e 270 animais vacuns para a venda nas charqueadas e açougues. Seus rebanhos também propiciariam entre 40 e 60 cavalos para a venda. Os lucros obtidos com estas criações teriam que manter o funcionamento da estância e também o custeio das famílias de seus filhos, o que limitava as chances de acumulação de fortuna pelo proprietário, apesar de sua confortável situação econômica na pampa brasileira do século XIX.

Alguns, ou boa parte, destes médios criadores possuíam fazendas no norte uruguaio, mas as terras no lado brasileiro eram aquelas que os estancieiros tinham uma maior “segurança de propriedade”. A afirmação das terras apropriadas durante a ocupação da

⁸ Quase todos os registros paroquiais de terras de Santana do Livramento foram cobrados. Mas quando o General David Canabarro declarava suas terras, ele apresentava também as declarações de seus “camaradas”, todas elas realizadas gratuitamente.

⁹ A migração dos membros da Família Costa Leite pode ser observada a partir dos registros paroquiais de terras, dos inventários e dos processos judiciais, quando as testemunhas geralmente declaravam a sua procedência.

¹⁰ Registro paroquial de terras da Freguesia de Santana do Livramento n°32. APERS.

¹¹ Os números da pecuária em Santana do Livramento chamam a atenção à importância da criação de cavalos na fronteira. Enquanto o rebanho bovino do município produziu 33.485 rebentos vacuns, o número de crias anuais dos eqüinos era de 14.800 animais, o que equivale a 44,2% do total de crias vacuns. Mas Santana do Livramento ainda produzia 1.080 muares anualmente. Desta forma o número percentual do rebanho de cavalos era superior aos 44%. O estacionamento de contingentes militares na fronteira fortaleceu o mercado para este rebanho quando cada soldado deveria dispor de três cavalos para a montaria. Em Rio Pardo, para citar o exemplo de um município do vale do Jacuí, o rebanho bovino produzia 17.500 animais anualmente, enquanto que o eqüino gerava 1.450 rebentos, um percentual de pouco mais de 8% da produção bovina.

Cisplatina gerou muitos conflitos entre os súditos do Império e outros estancieiros e autoridades da República Oriental. A bibliografia analisada sobre esta atividade no Uruguai, embora não trabalhe especificamente a estrutura produtiva da região em discussão, mostra que a pecuária do norte deste país não fugiu a realidade do Rio Grande do Sul e da Argentina¹². A própria ocupação deste espaço, em meio aos avanços e recuos dos limites entre os domínios coloniais ibéricos na América, ocorreu num período muito próximo ao estabelecimento das estâncias luso-brasileiras na região da Fronteira da Província do Rio Grande do Sul.

As concessões de sesmarias em Santana do Livramento ocorreram principalmente entre os anos de 1815 e 1817, contemporâneas a ocupação do Uruguai pelo Império Português¹³. A própria dinâmica de afirmação de propriedade exigiu dos concessionários e posseiros a constituição de redes de relações sociais, para as quais era fundamental aos estancieiros a distribuição e o reconhecimento de áreas menores dos seus “protegidos” nas bordas de suas terras. Desta forma, a estrutura produtiva do norte do Estado Oriental formou um *continuum* agrário em relação ao Rio Grande do Sul e a Argentina, não constituiu, portanto, uma exceção à estrutura de ocupação da região platina. Logo, os estancieiros da campanha brasileira dificilmente obteriam espaços para multiplicarem no Uruguai as propriedades e rebanhos que possuíam no Brasil, e neste caso em Santana do Livramento. Desta forma, as criações e propriedades dos fazendeiros sul-rio-grandenses no Uruguai eram fundamentais à manutenção e ampliação do patrimônio destas famílias, mas sua estrutura agrária e pecuária não fugia aos padrões encontrados na Campanha do Rio Grande. A estrutura produtiva deste município fronteiro tem muito a nos dizer sobre a pecuária na região platina.

Em Santana do Livramento foram listados, de acordo com nossa classificação, apenas seis grandes criadores, ou seja, aqueles que seriam proprietários de um rebanho vacum superior a 4 mil animais. A figura do grande estancieiro, rico e independente economicamente, era restrita a um pequeno grupo. Entre eles estava o General David Canabarro, um dos principais chefes políticos da Fronteira. David Canabarro e seu irmão e sócio João Martins aparecem na Relação de 1858 como proprietários do maior rebanho bovino de Santana do Livramento. Possuíam aproximadamente 8.600 animais vacuns e um rebanho cavalariço, e muar, que ultrapassava os 2.500 animais, que lhes proporcionava

¹² BARRIOS PINTOS, Antonio. *Historia de la Ganaderia en el Uruguay*. Montevideo: Biblioteca Nacional, 1971. Sobre a pecuária na Argentina ver: FRADKIN, Raúl O. (org.) *La historia agraria del Río de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (II)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.

¹³ Conforme as informações dos registros paroquiais de terras.

anualmente cerca de 370 crias eqüinas e 190 muares. O rebanho ovino destes criadores também era significativo, produzindo cerca de 1.200 crias anualmente. Canabarro e seu irmão empregam 20 pessoas nas suas estâncias¹⁴. Estes rebanhos estavam dispostos em três propriedades. A Primeira delas era a Fazenda São Gregório, a mais famosa estância da localidade do São Diogo, cuja extensão era de uma sesmaria. A segunda propriedade era uma sesmaria, nesta mesma localidade, contendo 4 léguas e três quartos de extensão. E mais um área de campo no São João do Umbu, que media 1 légua e três quartos¹⁵. Os rebanhos de David Canabarro e João Martins estavam concentrados numa extensão total de 9 léguas e meia de campo, o equivalente a aproximadamente 41 mil hectares. Se levamos em conta a presença de um razoável número de ovinos, o rebanho bovino e eqüino destes criadores ocupavam em média uma área superior a 3 hectares para cada animal. Um dado que revela o baixo rendimento, ou aproveitamento, dos campos da Campanha.

A relação de Criadores de Santana do Livramento, também aponta o fracionamento dos rebanhos. Uma tendência entre os grandes criadores do Município. David Canabarro possuía o seu gado em sociedade com João Martins, seu irmão. Salvador Moreira aparece associado a outros criadores. Alexandre Joaquim Ribeiro foi listado enquanto sócio de seus filhos. Vicente José Fialho também participava do grupo dos grandes criadores de Santana, e não aparece associado a nenhum outro criador. Seu rebanho bovino era superior a seis mil cabeças e o seu gado eqüino contava com mais de mil animais. Mas o estancieiro possuía uma sesmaria, com “sobras”, em sociedade com Joaquim Pedro Vieira, que em 1876 acionou judicialmente o criador para a divisão da mesma fazenda¹⁶. A demarcação não incluiu rebanhos, mas dividiu a estância de criação de Vicente José Fialho. Esta fazenda foi declarada nos registros paroquiais pelo último, em 1854, com a extensão de uma sesmaria e mais três quartos de légua (16.335 hectares) na Guarda Velha do Conceição¹⁷, nas quais eram estanciadas as mais de 7 mil cabeças de animais vacuns e cavallares. Mas a sua “sociedade” com Joaquim Pedro Vieira mostra que os extensos rebanhos do fazendeiro não permitiram nem mesmo a manutenção da sua estância. O fim desta sociedade comprometeu a preservação dos rebanhos deste criador.

¹⁴ Conforme a relação de criadores, n° 110. Correspondência da Câmara Municipal de Santana do Livramento s/n° de 1858. APERS.

¹⁵ Conforme os registros paroquiais de terras da Freguesia de Santana do Livramento números 30; 31 e 223. APERS.

¹⁶ Processo de libello n° 233, maço 02, 1876. Cartório Cível e Crime de Santana do Livramento. APERS.

¹⁷ Conforme o registro paroquial de terras da Freguesia de Santana do Livramento n° 21. APERS.

A Relação de Criadores de Santana do Livramento de 1858 mostra o predomínio dos pequenos e médios rebanhos de gado bovino neste município da Campanha. Uma realidade diferente daquela apresentada pela historiografia tradicional sul-rio-grandense, que procurou mostrar o predomínio de grandes rebanhos ao longo desta região. A extensão do gado dos estancieiros de Santana do Livramento mostra que o poder econômico da elite local não acompanhava *pari passu* a sua força política. Esta conjuntura da pecuária permite entender a importância das estâncias dos fazendeiros sul-rio-grandenses no Uruguai e a sua pressão sobre a política externa do Império no Prata. Os problemas em torno da afirmação de propriedade no Uruguai influíram na aproximação dos milicianos sul-rio-grandenses a Coroa, quando foi preciso recorrer a intervenção do governo brasileiro para garantir a “segurança de propriedade” na República Oriental. Uma alternativa que os criadores do Planalto, das Missões e da região da Serra não tiveram.

O município de Taquari foi escolhido para analisarmos a produção pecuária na região do Baixo Jacuí, cujos territórios compreendiam áreas florestais e campos, distribuídos entre a região serrana e a Depressão Central. Eram áreas de ocupação antiga. Grande parte de suas terras foram doadas ainda em meados do século XVIII. Taquari tinha um rebanho estimado em 27 mil cabeças. O censo realizado pela Câmara não revelou dados quanto ao gado cavalariço e suíno. O rebanho bovino estava dividido em 68 estâncias, que abrangeriam aproximadamente 44 léguas e meia de campo. Neste sentido cada légua de campo (4.356 hectares) comportava pouco mais de 600 animais vacuns, numa proporção de um animal para cada 7 hectares. Acreditamos que esta relação do número de hectares por cabeça vacum era menor em função das áreas florestais presentes no interior destas unidades produtivas, e também pela agricultura e criação de cavalos presentes nestas propriedades.

A Relação de 1858 mostra que as estâncias de Taquari eram, predominantemente de tamanho pequeno e médio, confirmando as informações dos registros paroquiais de terras. Os rebanhos dos fazendeiros locais também eram pequenos, em média se aproximava a 400 animais por cada proprietário¹⁸. Isto mostra que nos municípios das regiões serranas, apesar de abrangerem uma faixa razoável de campos, na década de 1850, os estancieiros eram relativamente desprovidos de fortuna. A própria participação da pecuária local no quadro provincial mostra os limites de suas atividades. Enquanto que Taquari possuía um total de 27 mil animais vacuns em 1858, o rebanho do Rio Grande do Sul em 1850 contava com mais de

¹⁸ Correspondência da Câmara Municipal de Taquari, nº 20 de 1858. AHRS.

cinco milhões de cabeças¹⁹. A estes fazendeiros restava a busca de alternativas na agricultura e no mercado de terras (colônias particulares de imigração) ou então na carreira militar.

A Câmara de Cruz Alta não forneceu informações sobre a abrangência dos rebanhos do Planalto. Apenas temos referências aos rebanhos totais do primeiro Distrito, apresentados pela Sub-delegacia de Polícia em 1856. O município, neste momento, era o mais extenso do Rio Grande do Sul, e o primeiro dos seus sete distritos possuía 38.022 cabeças de gado vacum, enquanto que o rebanho eqüino era de 9.301 animais²⁰. Este último é um dado importante, na medida em que Cruz Alta foi um município tradicional na produção de mulas, e o conjunto de animais cavalares, que englobava os muares, não ultrapassou os 24,5% do número total de bovinos. Isto pode ser percebido nos processos de legitimações de terras, quando o rebanho eqüino e muar estava em franca diminuição ao longo das décadas de 1860 e 1870. A valorização do gado bovino neste período diminuiu consideravelmente a produção de mulas destinada ao sudeste. Em Cruz Alta também chama a atenção os 5.150 ovinos e os 6.854 suínos, existentes apenas no seu primeiro Distrito, os quais eram provavelmente destinados ao mercado local e ao consumo familiar de carne, banha e lã. Em Livramento o rebanho ovino produzia 10 mil animais anualmente, um número que não deve ser desprezado, e que mostra a participação da lã no mercado provincial.

A elite pecuarista do Rio Grande do Sul constituiu um grupo pequeno, e seus rebanhos apresentavam sinais de fragmentação. Predominaram os pequenos criadores, que precisavam complementar as suas rendas através da mão-de-obra sazonal nas estâncias da região. Os rebanhos não apresentavam rendimentos suficientes para garantirem oportunidades de ascensão social a todos os membros da família. Sorte esta que não foi diferente entre os fazendeiros das áreas florestais de Taquari e de Cruz Alta. Esta conjuntura levou muitos criadores a diversificarem a sua produção, e buscarem atividades econômicas para além da pecuária. Nas áreas florestais da região serrana do baixo Jacuí, a criação de colônias particulares de imigração foi uma das principais opções econômicas encontradas à pecuária. No Planalto e nas Missões, as atividades em torno da erva-mate garantiram lucros aos estancieiros e fortunas aos negociantes. Esta conjuntura acelerou a apropriação das terras públicas florestais da Província do Rio Grande do Sul ao longo da segunda metade do século XIX e, conseqüentemente, os litígios em torno da posse das áreas apossadas. A estrutura

¹⁹ ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: as transformações do Rio Grande do Sul rural no século XIX*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002.

²⁰ Correspondência da Subdelegacia de Polícia de Cruz Alta, s/nº de 1856. AHRS.

fundiária do Rio Grande do Sul em meados da década de 1850 mostra o ritmo das apropriações das terras florestais.

Referências bibliográficas

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

MAESTRI, Mário (Org.). *O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil*. Passo Fundo: UPF Editora, 2008.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro. IFCS/UFRJ, 2007.

_____. *Um Campo de Possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul, século XIX)*. História Unisinos, São Leopoldo - RS, v. 8-7, 2003, p. 253-276.

BARRIOS PINTOS, Antonio. *Historia de la Ganaderia en el Uruguay*. Montevideo: Biblioteca Nacional, 1971.

FRADKIN, Raúl O. (org.) *La historia agraria del Río de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (II)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: as transformações do Rio Grande do Sul rural no século XIX*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002.